



Bancários na luta pela estatização

A Assembléia Nacional Constituinte contará entre seus elaboradores com a presença dos três mais conhecidos líderes bancários do País: o gaúcho Olivio Dutra, o paulista Augusto Carvalho e o paulista Luiz Gushiken. Com eles, os 700 mil bancários brasileiros estarão bem representados. Resta saber se terão aliados em número suficiente para defender sua categoria profissional e a instituição de uma nova ordem financeira para o País. Ordem que, pela vontade dos três, privilegiará a estatização do banco.

Augusto Carvalho, 33 anos, do PCB-DF, e Luiz Gushiken, 36 anos, do PT-SP, ainda não sabem precisar os nomes de seus principais antagonistas no debate parlamentar. Genericamente, lembram dois nomes que estão "indelevelmente ligados aos interesses do capital financeiro privado: os ex-ministros Delfim Netto e Roberto Campos".

Olivio Dutra, 45 anos, do PT-RS, porém, vai mais longe e avisa que conhece bem seus adversários. Entre "outros nomes ligados ao capital financeiro" ele lembra que enfrentará, também, "os que hoje estão no Parlamento, mas durante o regime militar, estavam em altos cargos executivos, enquanto nós éramos cassados ou presos". Assim sendo, além de Delfim e Roberto Campos, Olivio destaca dois outros "adversários dos trabalhadores": os ex-ministros do Trabalho, Jarbas Passarinho, e Arnaldo Prieto, ambos eleitos para a Constituinte.

TRÊS ESTILOS

Augusto Carvalho, que se elegeu com quase 40 mil votos, é uma das estrelas da representação parlamentar brasileira. Sociólogo formado pela UnB, ele está se adaptando ao Congresso, em sua estréia. Vestido com um terno de linho azul claro, de estilo bem moderno, o líder sindical lembra que "a maioria de seu eleitorado, formada de bancários, já não usa mais terno". E explica porque: "A situação da categoria está tão difícil que, hoje, ela tem que lutar pela sobrevivência com tal garra, que não pode mais cultivar a imagem de 15 anos atrás, quando ser funcionário do Banco do Brasil dava o maior status".

— Em 1972, usei meu primeiro terno, pois chegava de Patos de Minas para assumir, por concurso, uma vaga no Banco do Brasil, para

orgulho de minha família. Hoje, a profissão está passando por uma crise terrível. Dos 10.600 concursados aprovados recentemente pelo BB, 30 por cento recusaram o ingresso na carreira.

O Plano Cruzado se não resolveu os problemas econômicos do País, foi, na opinião de Augusto, padrasto tirano dos bancários. "Dos 700 mil profissionais que atuam no País, 120 mil foram demitidos". E o prejuízo social não se limitou à categoria, acrescenta. "A população se viu prejudicada pela diminuição do expediente de atendimento público e pela criação de taxas para pagar todo e qualquer serviço prestado pelas instituições financeiras".

Por isto, o deputado do PCB não nega que fará da reforma bancária e da luta pela melhoria de vida dos bancários, as razões primeiras de sua atuação parlamentar.

Já instalado em seu gabinete, Augusto lamenta "a verdadeira guerra" que o capital privado vem travando, "com apoio do Banco Central, o verdadeiro sindicato dos banqueiros", contra o Banco do Brasil. Cercado de documentos, decretos-leis e um completo dossiê sobre as dificuldades ora enfrentadas pelo Banco do Brasil — a menina de seus olhos — ele avisa que não medirá esforços para sensibilizar e arregimentar aliados na luta pela colocação do Banco Central sob o controle do Congresso e na derrubada do decreto-lei de nº 2.307, de 18/dezembro/86, que, sutilmente, alterou o Decreto-lei 2.293, de 21/novembro/86. Este decreto, assinado por Sarney, Funaro e Sayad, instituiu que "são privativas das instituições financeiras públicas federais as operações de crédito e financiamento, em todas as suas modalidades, com a utilização de recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal". Com a alteração de dezembro, o decreto-lei alterou seu texto: "As operações de crédito e financiamento, de qualquer modalidade, em que se utili-

Os bancários que somam 700 mil em todo o País são representados na Constituinte por três grandes líderes: o paulista Augusto Carvalho, o gaúcho Olivio Dutra e o paulista Luiz Gushiken. Os três estão unidos na defesa de sua categoria profissional e na instituição de uma nova ordem financeira para o País. Já detectaram seus principais adversários: Delfim e Roberto Campos.

zem recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal, são privativas das instituições financeiras" (como se vê, alerta Augusto, desapareceram as palavras públicas federais).

BUENO...

Conversar com Olivio Dutra é como consultar o verbete de uma enciclopédia sobre a história do movimento sindical brasileiro recente. Ele sabe de tudo e adora entrar em detalhes, revelar, datas, nomes e acontecimentos. Antes de cada frase, com bom gaúcho, diz "bueno...". Entra em detalhes até sobre sua cidade natal, já que nasceu em Bossoroca, "terceiro distrito de São Luís Gonzaga e, hoje, as duas cidades disputam o direito de ser sua terra natal". Bancário há 25 anos, ele chegou, por concurso ao Banri-sul, em 1961. Em 70, em Porto Alegre, iniciou sua militância sindical. Entrou para o PT, do qual é um dos fundadores. Hoje, ocupa a secretaria-geral do Partido, e foi eleito deputado constituinte com mais de 54 mil votos. Em 84, elegeu-se secretário-geral do Sindicato dos Bancários, sem que tivesse sido anistiado. Quis, com tal atitude, ver se o Ministério do Trabalho impediria, pela segunda vez, de exercer mandato sindical.

DIVERGENCIAS

Luiz Gushiken, que deixou a presidência do maior sindicato bancário do País (o de São Paulo, com quase 70 mil associados) para tornar-se constituinte, é o mais objetivo dos três. Fala pouco e vai direto ao assunto.

Avisa que pautará sua ação parlamentar por quatro pontos: "A defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta pela democratização da estrutura sindical brasileira, a estatização do sistema financeiro e a reforma agrária".

Gushiken, como Augusto, participou de almoço que Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil, ofereceu aos vinte funcionários da instituição eleitos para a Constituinte. Na defesa do Banco do Brasil, o líder paulista que é funcionário do Banespa, "fecha com o colega do PCB". Mas aponta as divergências: "Para nós, petistas, não basta estatizar". Nós, que somos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), concordamos com a convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no que diz respeito ao princípio da liberdade de organização sindical. Ou seja, defendemos o desatrelamento do sindicato da estrutura do Estado. Já o PCB e o PC do B questionam este princípio, pois temem que ele gere o pluralismo sindical ou seja, a fragmentação das organizações de trabalhadores. Na realidade esta é questão de fundo que está colocada na divisão CUT-CGT (Central Geral dos Trabalhadores", arremata.